

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.905 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA : **MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S) : **LURDES LORENA ESTEVE DOS SANTOS**
ADV.(A/S) : **JEVERTON ALEX DE OLIVEIRA LIMA E OUTRO(A/S)**
RECDO.(A/S) : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. BASE DE CÁLCULO DE GRATIFICAÇÃO DE DIFÍCIL ACESSO: LEI ESTADUAL N. 9.121/1990: SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, al. *a*, da Constituição da República contra o seguinte julgado da Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Rio Grande do Sul:

“RECURSO INOMINADO. TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. AGENTE EDUCACIONAL. GRATIFICAÇÃO DE DIFÍCIL ACESSO. BASE DE CÁLCULO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1º DA LEI ESTADUAL N. 9.121/90. 1) Trata-se de ação de cobrança através da qual a autora, servidora pública estadual, objetiva a condenação do réu ao pagamento da gratificação de difícil acesso, incidente sobre dois vencimentos básicos, julgada improcedente na origem. 2) A Administração Pública é regida a luz dos princípios constitucionais inscritos no ‘caput’ do artigo 37

ARE 917905 / RS

da Carta Magna, sendo que o princípio da legalidade é a base de todos os demais princípios que instruem, limitam e vinculam as atividades administrativas. Dessa feita, o administrador público está adstrito ao princípio constitucional da legalidade e as normas de Direito Administrativo. 3) No caso dos autos, consoante se depreende da petição inicial, a demandante objetiva o pagamento da Gratificação de Dificil Acesso incidente sobre dois vencimentos básicos, uma vez que o regime de trabalho é de 40 horas. Ocorre que, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual n. 9.121/90, que estendeu aos servidores estaduais a gratificação de difícil acesso prevista para os membros do magistério Estadual, a base de cálculo para os servidores não integrantes do magistério corresponde ao vencimento atribuído ao padrão inicial do Quadro Geral dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, observada a carga horária respectiva. 4) Na situação concreta, em evidência, das fichas funcionais carreadas aos autos pelo demandado, é possível constatar que a autora é servidora de escola, ocupante do cargo de agente educacional I, com jornada de 40 horas semanais, devendo a gratificação de difícil acesso incidir sobre o regime de trabalho normal da servidora, que é de 40 horas semanais, correspondente ao padrão inicial do quadro geral e não sobre dois vencimentos básicos como postula na inicial. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO” (fl. 53).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 64-66).

2. No recurso extraordinário, a Agravante afirma ter a Turma Recursal contrariado os arts. 5º, *caput* e inc. LXXIV, e 93, inc. IX, da Constituição da República.

Sustenta ser “*servidora pública estadual, pelo regime de trabalho (RT) de 40 horas semanais. Ocorre que o percentual que ela recebe está em desacordo com a legislação vigente – Lei n. 9.121/1990, eis que a Recorrente recebe a gratificação apenas sobre um vencimento básico correspondente quando deveria ser sobre dois vencimentos básicos iniciais do quadro geral*” (fl. 73).

ARE 917905 / RS

3. O recurso extraordinário foi inadmitido ao fundamento de incidência das Súmulas ns. 280, 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal e julgado prejudicado quanto ao art. 93, inc. IX, da Constituição da República, pois o acórdão recorrido estaria em harmonia com o que decidido pelo Supremo Tribunal Federal na Questão de Ordem no Agravo de Instrumento n. 791.292 (fls. 79-80).

No agravo, assevera-se que o recurso extraordinário preenche os “*requisitos formais*” (fl. 83 v.).

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade da formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisa-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

5. Razão jurídica não assiste à Agravante.

6. A alegação de nulidade do acórdão por contrariedade ao art. 93, inc. IX, da Constituição da República não pode prosperar. Embora em sentido contrário à pretensão da Agravante, o acórdão recorrido apresentou suficiente fundamentação. Firmou-se na jurisprudência deste Supremo Tribunal:

“O que a Constituição exige, no art. 93, IX, é que a decisão judicial seja fundamentada; não, que a fundamentação seja correta, na solução das questões de fato ou de direito da lide: declinadas no julgado as premissas, corretamente assentadas ou não, mas coerentes com o dispositivo do acórdão, está satisfeita a exigência constitucional” (RE n. 140.370, Relator o Ministro Sepúlveda

ARE 917905 / RS

Pertence, Primeira Turma, DJ 21.5.1993).

7. A Turma Recursal assentou que,

“em se tratando de servidor de escola, não integrante do magistério, a legislação aplicável é a Lei Estadual n. 9.121/90, uma vez que estende aos servidores lotados na Secretaria de Educação a gratificação de difícil acesso, com a ressalva de que a base de cálculo deve ser o vencimento padrão inicial dos funcionários públicos do Estado, observada a carga horária, que no caso da autora é de 40 horas semanais” (fl. 56).

A apreciação do pleito recursal quanto à base de cálculo da Gratificação de Difícil Acesso exigiria a interpretação da legislação infraconstitucional aplicável à espécie (Lei estadual n. 9.121/1990). A alegada contrariedade à Constituição da República, se tivesse ocorrido, seria indireta, a inviabilizar o processamento do recurso extraordinário. Incide a Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO. NECESSIDADE DE PRÉVIA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (ARE n. 645.005-AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 20.3.2014).

“Agravio regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Administrativo. Servidor Público Estadual. Magistério. Adicional noturno. Aplicação conforme legislação infraconstitucional (Leis Estaduais 6.672/74 e 10.098/94). 3. Inadmissibilidade do recurso extraordinário. 4. Necessidade do reexame prévio da legislação local. Óbice da Súmula 280 do STF. Precedentes. 5. Agravo regimental a que se nega provimento” (ARE n. 780.376-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 17.2.2014).

ARE 917905 / RS

“Recurso extraordinário: descabimento: questão relativa à definição da base de cálculo para a incidência de gratificação a que faz jus o agravado, que demanda reexame de interpretação de legislação local, inviável no recurso extraordinário: incidência da Súmula 280. Precedente (RE 275.107, 1ª T., 27.3.2001, Moreira Alves)” (RE n. 351.434-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJe 7.12.2006).

Assim também a decisão monocrática transitada em julgado por mim proferida no ARE n. 901.401, DJe 27.8.2015.

Nada há a prover quanto às alegações da Agravante.

8. Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo** (art. 544, § 4º, inc. II, al. *a*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora